



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIANA FERNANDES RODRIGUES

**A QUESTÃO DA FEMINILIDADE NA SOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES NA
VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA**

Rio de Janeiro - RJ

2021

MARIANA FERNANDES RODRIGUES

**A QUESTÃO DA FEMINILIDADE NA SOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES NA
VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos Requisitos necessários à obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Andrea Moraes Alves

Rio de Janeiro – RJ
2021

**A QUESTÃO DA FEMINILIDADE NA SOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES NA
VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX: UMA ANÁLISE
BIBLIOGRÁFICA**

MARIANA FERNANDES RODRIGUES

Aprovada em 29 /04/ 2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Ana Izabel Moura
(Avaliador 1)

Prof^a Rosana Morgado
(Avaliador 2)

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho à minha mãe, Elisabete, por todo seu apoio, força e colo nesses anos da graduação, ao meu pai Delfim, por me proporcionar o privilégio de poder largar meu trabalho para poder me dedicar integralmente a faculdade, e a minha irmã Suellen, que também criou raízes na UFRJ e me ajudou a enfrentar e usufruir as oportunidades que a universidade tem a oferecer, e pelas madrugadas em que me ajudou nos desesperos das semanas em provas. Ao meu companheiro de vida Marcell, que esteve presente e me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. E ao meu cachorro Oliver, que nesse um ano de aula remota esteve presente em todas as vídeo-chamadas, latindo ou me confortando.

Agradeço a todos os professores e a equipe docente da Escola de Serviço Social – UFRJ em que tive o enorme prazer em compartilhar momentos de troca e de muito aprendizado durante todos os anos da graduação. Agradeço aos funcionários terceirizados pelos cafés no corredor e, em especial aos técnicos da Coordenação de Estágio e Extensão em que tive a felicidade em compartilhar aquela sala por dois anos de extensão. E claro, à Marcela da Secretaria de Graduação que me ensinou a expor meus sentimentos através da arte nos nossos encontros de Arte-terapia.

Meus agradecimentos às orientadoras de extensão Glaucia Lelis e Luana Siqueira, por me apresentarem o Serviço Social por uma outra perspectiva, pelos grandes aprendizados na vida pessoal e na vida acadêmica, e por todo incentivo ao afirmar que feminismo é sim ciência. Neste mesmo sentido, agradeço à todas as minhas queridas amigas e colegas de extensão que estiveram comigo em todos os momentos tristes e felizes no processo de pesquisa dentro e fora da universidade.

Agradeço à minha orientadora de TCC Andrea, pela oportunidade em me debruçar em um tema que tanto gosto, em me apresentar obras, textos, e autores incríveis que não só me fez repensar quem eu sou, mas quem eu

quero ser. Pelas orientações em meio à uma pandemia mundial se fez possível concluir um trabalho tão delicado. Obrigada por todo apoio e confiança.

Aos meus amigos Ana Cristina, Luan, Luiza e Thayná que a UFRJ me deu de presente. Não há dúvidas, sem vocês essa caminhada seria muito mais difícil, vocês fizeram e fazem toda a diferença e me sinto orgulhosa em compartilhar essa profissão que tanto amamos.

Deixo aqui registrado meu reconhecimento e minha gratidão à Universidade Federal do Rio de Janeiro que se fez tão presente neste doloroso momento de pandemia da Covid-19. À toda competência profissional e qualidade da pesquisa e da assistência, e também pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão que contribuem para formação e capacitação de profissionais com o intuito de garantir a continuidade da formação profissional e de cidadãos engajados na solução dos problemas da sociedade. Sinto-me orgulhosa e com a certeza que esta universidade fez e faz toda a diferença em nossa sociedade.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise a partir de uma linha histórico cultural da problemática das relações de gênero, as exigências dos corpos femininos e as formas de maternagem e figura de boa mãe no período de grande modernização do Rio de Janeiro e São Paulo. Para tanto, foram utilizadas revisões bibliográficas de pesquisas mais citadas às mais recentes que fundamentam a relação da socialização das mulheres e o padrão de feminilidade na urbanização do Rio de Janeiro e de São Paulo entre o XIX e o XX.

Palavras chave: feminilidade, maternidade, corpos femininos, cidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1	8
Revisão da literatura sobre a questão do feminino na virada do século XIX para o século XX nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo	
CAPÍTULO 2	35
Maternidade e Feminilidade	
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

Introdução –

O tema deste estudo é a análise da cultura corporal das mulheres na sociedade patriarcal através do exame da forma como a diferenciação de gênero se encontra assimilada e reproduzida a partir da virada do século XX.

A temática é resultado das problematizações oriundas das atividades do projeto de extensão “Biblioteca Feminista da Praia Vermelha¹”. O tema padrão de feminilidade foi pauta de algumas reuniões com alunas e participantes do projeto. A reflexão abordava o padrão discriminador dos discursos midiáticos no que tange a beleza feminina, a juventude, à magreza, a maternidade e a brancura em oposição ao fora do comum, à velhice, à obesidade e à negritude. Padrões esses que foram palco das discussões de mulheres no meio urbano do início do século XX, e que hoje ainda são presentes.

De certo modo, a questão da feminilidade nem sempre teve a mesma conotação dos dias de hoje, inclusive, esse tema no início do século XX poderia ser considerado um problema. Existia uma supervalorização da maternidade, quase como único papel designado para a mulher numa sociedade. Neste sentido, há um feminino, mas não há feminilidade. Por feminilidade entende-se a subjetividade marcada pelo desejo e erotização do corpo. A maternidade “retira” o que há de feminilidade na mulher. Quer dizer, ou você é mãe, ou você é mulher. Só há o feminino imaculado, e sua função seria unicamente cuidar dos filhos e do lar, do modelo: deixa de ser uma mulher, tornar-se mãe. A feminilidade era vista como algo fútil, e a vaidade viria ser quase um pecado. Neste caso, a mãe não tem sexualidade, não tem vida fora da maternidade e, as que adiam a maternidade, ou que usufruem aspectos

¹ O projeto de extensão “Biblioteca Feminista da Praia Vermelha” vinculado à Escola de Serviço Social da UFRJ desde 2019, dirigidos pelas orientadoras: Gláucia Lélis e Luana Siqueira. Apresenta como objetivo central implementar uma biblioteca feminista tendo em vista a democratização ao acesso a obras e documentos referentes às temáticas: Feminismo; Questão de Gênero; Divisão Social, Sexual e Racial do Trabalho; Feminismo na Perspectiva Histórico-Crítica. Deixo registrado meu carinho e a gratidão por participar deste projeto.

da sedução mesmo sendo mães, acabam sendo vistas como “apenas” mães, mas não aprovadas socialmente. A mulher nunca pode estar à frente de seus filhos, sua vida particular teria que ser abdicada. Neste sentido, a mãe devotada é o ideal feminino, as que não se enquadram ficam beirando a vulgaridade, ou mulheres que não são confiáveis, inaugurando a dupla moral sexual: a mulher para casar e procriar e a outra, cujo corpo está aberto ao desejo masculino.

Essa confusão intrínseca na socialização das mulheres tem uma ligação com o avanço capitalista que vai dizer que as mulheres são inteiramente responsáveis pelo futuro da nação, elas criarão a classe trabalhadora. O contexto de virada do século XIX para o século XX é crucial para entendermos o tema da contradição entre maternidade e feminilidade. Esse é o momento de intensificação da urbanização e da industrialização, momento também de articulação da chamada primeira onda do feminismo, que no Brasil especificamente no início do século XX já havia se iniciado um forte movimento para a conquista do voto feminino, liderado pelas sufragistas ou pelas modernistas assim chamadas por alguns médicos higienistas na época. Logo, essas eram as mulheres que frequentavam o meio urbano e o pequeno mercado de trabalho feminino, em sua maioria brancas e pertencentes às classes mais altas, exigiam para além do voto, melhores oportunidade e condições de trabalho.

Esse TCC tem como objeto a análise das seguintes produções bibliográficas sobre o tema do feminino, da feminilidade e do urbano na passagem do século XIX ao século XX no Brasil: “Loucas ou modernas? Mulheres em revista (1920-1940)” de Cristiana Facchinetti; “Cultura de Massas e Representações Femininas na Paulicéia dos anos 20 e 30” de Maria Inez Pinto; “A mulher (a)normal: Representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933)” de Priscila Cupello; “Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20” de Mônica RaisaSchpun.

Estes estudos foram escolhidos através de levantamento bibliográfico de pesquisas mais citadas e daquelas mais recentes que abordam a relação entre a socialização das mulheres e o espaço urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo na virada do século XIX e XX.

Capítulo 1 –

Revisão da literatura sobre a questão do feminino na virada do século XIX para o século XX nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo

Neste primeiro capítulo, serão apontados como cada autor manifesta-se sobre a questão do ser feminino dentro das duas grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo, em seu processo de modernização no início do século XX.

A partir do século XX, o Brasil tem um forte avanço no âmbito econômico, conseguindo se encaixar entre as grandes potências do mundo afora. Nesse período, o país consegue se inserir de forma acelerada e intensa nos processos de modernização urbana devido ao forte desenvolvimento industrial.

O Brasil neste momento, passa evidenciar possibilidades de fornecer uma vida razoavelmente moderna, de características civilizadas, com potencial para a industrialização pesada e a circulação econômica mais complexa. Para a caracterização de país moderno, passa-se por um grande impacto social devido as transformações da economia e no sistema produtivo do país, muito diferente do século XIX memorizada pelas grandes fazendas de café e a vida rural. Assim, passa-se a fornecer uma melhor qualidade de vida à uma parcela da população com a chegada da eletricidade, trens e acesso a informações via rádio, revista local e entre outros meios de comunicação das massas.

Nas primeiras décadas do século 20, surge uma geração de mulheres que mergulham na luta para romper com o padrão feminino tradicional da

época. Esse é o tema do estudo das pesquisadoras Cristiana Facchinetti e da Carolina Carvalho da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) em 2019. As autoras trazem como ênfase da sua pesquisa o papel das “modernistas”. As modernistas eram um grupo específico de mulheres pertencentes às classes mais altas da sociedade nos anos 20, com uma visão de mundo mais avançada e diferente do restante da população local da época.

A fonte de pesquisa é composta por jornais com notícias diárias do início do século 20, e os chamados Periódicos foram de suma importância para divulgação da modernização das cidades brasileiras, principalmente quando se tratava de disseminar valores e ideais, sendo estes fatores principais para a centralidade da imprensa enquanto divulgadora de como se portar na nova sociedade brasileira. As autoras fazem uso dos periódicos como fonte privilegiada para sua análise que trata de como a população se enxergava na época e como as mulheres eram reconhecidas como sujeitos de desejos. Além disso, também foram usados periódicos médicos especializados que tinham o intuito de orientar e normalizar a população urbana. Mas havia dois lados, alguns artigos publicados nos periódicos médicos mostravam interesse nos processos patológicos e outros, interesse na profilaxia. Ou seja, ou se retratava a modernização como algo nefasto para as mulheres ou se apresentavam maneiras de tirar proveito e melhorar a nação através da inserção das mulheres no esforço civilizatório.

As Carvalho e Facchinetti trazem que, no final do século XIX, os médicos tinham grande influência social e política. Suas perspectivas sobre o sexo feminino acabaram moldando um ideal de mulher. A natureza feminina estava para a maternidade, ou seja, delimitada por sua essência biológica reprodutiva, sendo esta sua única função e um de seus motivos para não estar no meio público. Os médicos consideravam as mulheres como mais sensíveis e ingênuas. Ao passar dos anos, a atenção médica passa atingir não só a maternidade como também o trabalho feminino, a prostituição, educação, a saúde pública etc. Contudo, agora estava nas mãos dos médicos ditar quais funções essenciais não só da natureza feminina, como do lar, e estavam sempre dispostos a intervir nos comportamentos ditos antinaturais.

Nesta época, o Rio de Janeiro era configurado como um dos principais centros urbanos brasileiros. Com muita influência europeia, a cidade gerava valores e costumes que batiam de frente com os moldes tradicionais. Para os médicos, o papel da saúde masculina era baseado no homem trabalhador, bom pai de família e provedor. Já para as mulheres, o fato de estar nos centros urbanos a trabalhar era considerado perigoso, principalmente no que tange a sua sexualidade. Segundo as autoras, que esse pensamento não estava só com quem ditava as regras, pelas cartas publicadas pelas revistas pesquisadas, era possível identificar o que se passava nas mentes das leitoras “Os homens são assim...”, afirmava que, embora o feminismo fosse “tão bonito, tão moderno”, as mulheres sabiam “intimamente” que nasceram para serem antes de tudo esposa e mãe adorada” (CARVALHO e FACCHINETTI, 2019, p.09). Em umas das cartas, a leitora dizia que a igualdade não deveria existir, e que isso afetaria diretamente a felicidade das mulheres e o desejo dos homens.

O que estava claro no âmbito médico-psiquiátrico nas primeiras décadas do século XX, é que qualquer distúrbio, rebeldia ou psicopatologia tinha ligação com a mulher que ia contra seu instinto natural. Mulheres que não se conformam com sua natureza, desobedientes, com sexualidade muito aflorada são dessa forma porque insistem em ir contra seu destino. Os arquivos médicos constam que mulheres com esses atributos tinham: excessos de literatura inadequada, moças que foram muito instruídas e, portanto teriam uma “inteligência que prejudica” e gera o não cumprimento de seus deveres sociais. De fato, aspectos estes não compatíveis ao que se espera da tradicional mãe, esposa e dona de casa. Porém, eram as mulheres que exerciam a sexualidade mais libertina, as mulheres namoradeiras ou que estavam em relacionamentos com seus parceiros, mas não vinculada à reprodução que eram vistas como o ápice da transgressão.

Segundo Facchinetti e Carvalho, a rivalidade entre os sexos não era bem vista para a emancipação feminina. Acreditava-se que ao ir na direção contrária de sua natureza, as mulheres estavam colaborando para o fim dos matrimônios. Avaliava-se que o aumento da presença feminina no mercado de trabalho tomaria o emprego dos homens, desta forma eles não teriam o direito de exercer sua função de provedor. O casamento compunha outra parte

importante para a manutenção da normalidade, desde que cumprisse com as orientações e os princípios eugênicos. Entretanto, a mulher que não quisesse ou desviasse do casamento ou de querer ter filhos era considerada uma anormalidade, tratando de uma degeneração, podendo levar a loucura. Mesmo aquelas mulheres que eram a favor da emancipação feminina, ainda assim, destacavam que uma boa mulher era capaz de unir carreira com a vida doméstica, já a renúncia à maternidade, não era nem sequer pensada.

A maternidade estava tão entranhada na vida das mulheres, que até mesmo as chamadas modernistas, que queriam outra função para sua vida além de ser mãe, não conseguiam pensar em abrir mão da maternidade. Essas mulheres poderiam ser interpretadas como egoístas, masculinizadas ou até mesmo loucas. Era possível para as modernistas fazer algo novo para além da maternidade, elas sabiam que tinham capacidade intelectual para o trabalho fora do lar. Mas, não constituir uma família, jamais.

Surgem neste período alguns especialistas que apoiavam os avanços femininos na esfera pública, como profissões que estavam no âmbito do cuidado: “pedagogia, a educação, a enfermagem, a medicina, sobretudo a pediatria e a assistência social” (CARVALHO e FACCHINETTI, 2019, p.17). Assim como atividades tidas como artísticas, instrumentos de cordas, pinturas e a costura, eram tarefas perfeitas para mulheres apontadas como normais. Essa nova flexibilização com os comportamentos femininos assimilava-se com as mudanças sociais, permitindo uma suposta nova educação para os filhos e dando espaço para cuidados do corpo, agora era possível conciliar o intelecto e a aparência com os cuidados de dona de casa.

Essa foi uma mudança e uma conquista importante para as mulheres, apesar de muito limitada, e ainda fortemente no âmbito do cuidado. O trabalho que a mulher poderia ter fora do lar teria que ser algo que estendesse suas obrigações domésticas, o que estava posto como trabalho unicamente de mulher. Fora disso, poderia arriscar sua feminilidade, o que era considerado um perigo.

Nas revistas, famosas por sua grande circulação na nova sociedade, o que havia de grande destaque eram as aparências femininas, assim como

ditavam as novas modas e tendências de vestimentas européias. Dava-se enfoque para os cuidados com o corpo, havia tudo sobre dicas dos novos hábitos da mulher moderna. “E sua preocupação crescente “em embelezar as formas do corpo”, por meio de ginástica, alimentação e “até uma rigorosa limitação nas diversões”” (CARVALHO e FACCHINETTI, 2019, p.21). Para ser uma mulher moderna, o que não faltavam eram regras, o que inclui se vestir adequadamente para a vida urbana. Mulheres estavam nos novos espaços de entretenimento como filmes, teatros e nas artes, estampadas nas revistas com roupas glamourosas, cortes de cabelos curtos, calças compridas, cigarros e muitos escândalos, ao se tratar de histórias de amantes, desquites, separações etc. Era quase o fim dos tempos para os médicos, os conservadores e os religiosos.

Podemos notar que todas as normas de etiquetas assim como as normas morais, são aplicadas de mulheres para mulheres. São as próprias mulheres da burguesia que vão dizer o limite de como se portar em sociedade para outra mulher. A garantia de assegurar os atributos designados para a feminilidade da época estava nas mãos das mulheres, incluía: usar roupas da moda, mas não tão extravagante; ser “bem vista” em determinados lugares, mas não chamar muita atenção; como se comportar ou agir dentro dos bondes, esses e outros aspectos faziam parte da liberdade vigiada das mulheres.

Dentro destas novas posturas, algumas mulheres tomam uma direção de um posicionamento mais crítico diante das imposições e de seus papéis sociais. Nas revistas e nos jornais, as mulheres que também passaram a ter destaque eram as modernistas, inspiradas em artistas de vanguarda e mulheres da elite intelectual local, juntas com alguns movimentos feministas que avançavam no mundo afora. Uma questão encontrada nas cartas e revistas é que as leitoras dos programas feministas queriam seus direitos garantidos como o voto, por exemplo. Essas modernistas passavam dos limites “porque reivindicavam a igualdade entre os sexos” (CARVALHO e FACCHINETTI, 2019, p.23). Sendo este um dos motivos na visão dos médicos em suscitar doenças nervosas, “ser modernista implicava a insistência de certas “ultramodernices”, como independência, autossuficiência e direitos iguais” (p.24. 2019). A tal modernista para os leitores era “sport-woman”, uma

mulher que vota, amante da vida noturna, e boa de flerte, menos uma boa dona de casa. “Essas mulheres eram também tachadas de “inimiga[s] dos homens” e fadadas a serem “um fracasso” como esposas “ (CARVALHO e FACCHINETTI, 2019, p.24).

As autoras trazem a ideia tanto das revistas médicas quanto das revistas comuns, estas como mobilizadoras de discursos baseados na moral tradicional e religiosa e de um “sexismo científico para fundamentarem a diferença entre os sexos e os papéis “naturais” de gênero”. (CARVALHO e FACCHINETTI, 2019, p. 26). Além disso, as autoras vão dizer que havia uma disputa pela hegemonia na socialização do ideal de mulheres e homens modernos, e destaca que a medicina era apenas um dos ditadores da verdade, sendo os meios de comunicação que chegavam a todos as classes um dos maiores concorrentes. Nesse contexto histórico, com novas portas abertas para as mulheres, as modernistas buscavam não apenas novas referências do ideal de mulher, e sim a possibilidade de negociarem suas novas subjetividades.

Para Pinto em “Cultura de Massas e Representações Femininas na Paulicéia dos anos 20 e 30” (1999), a historiadora vai percorrer pela reelaboração dos papéis femininos dentro da suposta nova sociedade dos anos 20 no Brasil. Os cinemas, os jornais e as revistas são peças chave para analisar a cultura de massas, e a nova imagem feminina nos centros urbanos das metrópoles do país.

A cidade de São Paulo ainda com uma firme herança cultural advinda das raízes coloniais, nos anos 20 passava por um cosmopolitismo contraditório marcados pelo tradicional e o moderno, os dois existiam ao mesmo tempo, configurando diversos aspectos sociais que imprimiam a cidade. Com inúmeras etnias, São Paulo desenvolvia um modelo europeu de centros urbanos e a vida provinciana ainda à vista. Ainda assim sua produção passava de mais da metade da produção total do país.

Para Pinto (p.144, 1999) aponta que no final do século XIX, o papel da socialização foi passado do âmbito mais íntimo para a esfera pública, agora estava por mediações do Estado, pela companhia empresarial, influência da imprensa, revistas, cinemas e todos os possíveis meios de comunicação das

massas. No entanto, era por esses meios e em momentos de lazer da classe trabalhadora que se criava uma subjetividade como consequência dos mesmos. Com isso, a subjetividade surge em meios de lazer, consumo cultural e de convivência coletiva. Desta forma, os ideais, opiniões, costumes, comportamentos e principalmente estereótipos são formados no âmbito público.

Neste mesmo tempo, as artes, os teatros e os circos já não mais satisfaziam a população urbana, “eram consideradas artes morosas, sem o glamour do moderno, do novo, enfim, sem movimento; além do que, na visão dos modernistas, eram relacionadas diretamente aos costumes atrasados e a um passado não-moderno, não-urbano” (PINTO, 1999, p.146). O fervor estava para os maquinismos e a produção acelerada, a vida agora estava toda sob o bater do relógio. Desta forma, era possível entender o sucesso dos cinemas, agora a arte estava em movimento, e sua mensagem chegava rapidamente para todos os cantos, diferentemente do teatro, como quase artesanalmente precisava estar todos ali fisicamente para gerar a mensagem, havia um pensamento de que os frequentadores dos meios urbanos seriam mais felizes que seus antepassados, a população estava encantada com as tecnologias, o interesse agora estava em ver a vida urbana de forma fictícia e com gosto da modernidade.

O cinema era tão importante para época tanto quanto estava para disseminar hábitos, comportamentos e moda, muito mais do qualquer revista já antes publicada. Inclusive, as revistas eram ótimos meios para perpetuar acontecimentos das telas de cinemas, por meio de lembranças de imagens ou para anunciar produtos baseados nos filmes. Principalmente ao se tratar dos filmes hollywoodianos, era certo que qualquer moda lançada viraria venda, para além de roupas, objetos e perfumes, o modo de se portar. Estava posto que a sociedade estava sendo moldada para um padrão europeu e norte-americano, ser moderno era:

“As jovens fumavam, falavam com determinação e não mais se interessavam pela estereotipada feminilidade tradicional: elas se consideravam independentes. Aquelas garotas tolas em seus

sintéticos sonhos hollywoodianos, em seus patéticos batons e meias de seda, em suas imbecis frivolidades” (p.151.1999. PINTO).

Logo, Pinto vai dizer que entre as décadas de 20 e 30 a pequena parcela que possuía acesso aos cinemas, com o passar dos anos foram fortemente influenciados a tomar certas mudanças em seus estilos de vida, a divisão sexual do trabalho e a consciência das mulheres com elas mesmas já não era como antes. O consumo constante de publicidade e cinema aflorava a fantasia e a excitação nas mulheres, com a forte propaganda de eletrodomésticos, roupas e maquiagens, o que as faziam imaginar uma vida fora do trabalho doméstico.

As revistas da época mostram como as casas com luz elétrica estavam bem aparelhadas, como o ferro ou o gelo para conservar os alimentos, por exemplo. Para os mais afortunados poderiam escolher o tipo de fogão que lhes agrada, a indústria estava avançando cada vez mais na produção de alimentos antes feitos em casa. A revista sempre mostrava o que era de novo, postavam imagens de mulheres com seus eletrodomésticos sempre com um sorriso estampado no rosto. A burguesia por meio das revistas, ditavam padrões de comportamento, entretanto, era apenas uma pequena parcela da população que tinha acesso a esses bens, onde boa parte de seu consumo vinha da agricultura, e a relação de novos consumos não foi de forma automática e sim conflituosa.

O que estava muito diferente do padrão das mulheres que viviam de maneira tradicional, as que ficavam sozinhas em casa enquanto o marido ia aos centros a trabalho, ou as que conviviam com o companheiro sem emprego efetivo, cuidavam dos filhos e tinham um árduo trabalho em suas casas para a subsistência própria e da família. Atividades estas nada correspondentes às das revistas da época, em que as mulheres tinham uma carga horária de trabalho remunerado, e praticavam artesanato doméstico, sempre belas e com sorriso no rosto.

Pinto chama a atenção para essas mulheres frequentadoras dos novos centros urbanos, que influenciadas pelo cinema, havia uma esperança de viver

a vida diferente de suas mães. Com o uso de roupas diferentes e acessórios da moda, estava sendo definido uma nova condição de feminilidade. As vitrines nas ruas estampavam tecidos caros e muito glamour. Para as mulheres menos favorecidas, a tendência não ficou para trás, usam tecidos de qualidade inferior mas conseguiam copiar os cortes e os moldes das novas roupas, o que era muito comum também era a troca entre irmãs e mães de vestidos e acessórios. E isso vai de encontro com a pesquisa da autora que afirma:

“A relação entre consumo e produção cultural, baseando-se no fato de que o consumo cultural de massas caracteriza as sociedades ocidentais a uma produção racionalizada, expansionista, tanto quanto centralizada, estrondosa e espetacular, corresponde uma outra produção qualificada de consumo”. (p.154. 1999. PINTO).

A autora retrata a crítica de como a forma de consumo é tomada, e que ela própria, se reproduz, sem sequer fabricar um objeto, mas constitui hábitos e comportamentos antes nunca produzidos. Esse tipo de produção está nos detalhes, é silenciosa e não é vista a olho nu, mas está por toda a parte. Esse “produto” imposto pela ordem dominante vem dizer como homens e mulheres devem agir, consumir e se reproduzir. Dentro dessa lógica, os padrões estéticos que ditavam o contorno dos corpos femininos, o conceito de beleza estava cada vez mais rebuscado e ligado diretamente ao consumo.

Pinto afirma que era notório que as mulheres estavam remoldando seus papéis na sociedade moderna. As revistas tinham um papel fundamental de estimular a jovialidade e a modernidade como padrão. A cultura de massas, neste caso, o cinema, apostava fortemente nas imagens femininas, pois confrontava as mulheres que permaneciam com comportamentos tradicionais, arcaicos e provincianos. Representava tudo que havia de moderno, da mulher que trabalha fora às sensuais e aventureiras. Assim, o cinema desempenha um papel muito importante na consolidação de valores, forte influenciador de costumes e gostos da população. Em contrapartida, isso só foi possível porque respondia as necessidades de legitimar o projeto das elites paulistanas, e

também as necessidades que vinham surgindo na população pelo novo estilo de vida, assim com o consumo do cinema, surgem ações políticas, pois em um novo contexto social era possível expor os desejos da população disfarçados de ficção.

Já para Priscila Cupello “A mulher (a)normal: Representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933)”, 2013. Seu objetivo foi pautado na investigação de até que ponto os discursos médicos-mentais foram apropriados e incentivaram na formação da identidade feminina na sociedade instalada no Rio de Janeiro durante a década de 1920 e 1930.

Para isso, a autora também recorre à análise de periódicos e revistas distribuídas na década de 1920 no Brasil. Cupello diz que em sua busca, os periódicos eram mais restritos na época, já as revistas tinham uma maior circulação e possuía um maior número de leitores de diferentes classes sociais, seu intuito era constituir uma massa documental que lhe oferecesse “escutar melhor” a variedade de vozes femininas que atuavam como modeladores de identidades de gênero representadas no Distrito Federal.

No entanto, Cupello percebe que a circulação desse material, em sua maioria, estava dentro das classes mais abastadas da sociedade. Apesar da ampla distribuição, a autora relativa este ponto: “considerando que os Arquivos eram revistas robustas, que continham artigos densos sobre o tema da higiene mental, eugenia e outros assuntos identificados diretamente com os interesses e bandeiras dos próprios médicos” (CUPELLO, 2013, p.33). Com isso, a autora considera a hipótese de que as revistas circulavam dentro do próprio grupo de higienistas mentais e os eugenistas do país, mesmo que o público alvo da revista fossem pessoas letradas no geral.

Sobretudo, Cupello aponta que o grupo de leitores das revistas e periódicos eram muito diversos. Eram eles tanto os grupos de higienistas mentais e eugenistas que ditavam a normalidade feminina, criando identidades do que deveria ser uma mulher normal para seus maridos, assim como outros cientistas, sanitaristas e outros intelectuais que estavam comprometidos com a modernização do país. E em contrapartida, havia os leitores leigos, esses

faziam parte do grupo as mulheres de médias e altas classes da sociedade, como leitoras da Revista Feminina², por exemplo, na busca de redefinir o papel da mulher moderna em meio aos novos bondes, carros e centros urbanos. Além delas, estavam desse lado também os leitores mais velhos, pertencentes à classe média, leitores da revista A Maçã³, que por sua vez estavam interessados em entretenimento.

Cupello entende que as propostas de higiene mental pretendiam interferir em alguns setores sociais como: alcoolismo e políticas de imigrações. Os programas tinham o objetivo de reverter “vícios enraizados”, combater infecções, refinar organismos sociais e sofisticar a raça. Tudo em nome da modernização da nação. A rotina de hábitos saudáveis destinados a homens e mulheres, elaboradas pelos higienistas mentais, chegava até interferir em reuniões matrimoniais: “Por meio da legalização do exame pré-nupcial e da esterilização dos degenerados” (CUPELLO, 2013, p.45). Essas medidas eram defendidas pelos maiores higienistas no país.

Portanto, para alguns dos higienistas havia um projeto de criação de uma “elite humana” e uma raça superior como proposta de um Brasil moderno. Para isso, os médicos tinham que disseminar regras, de como se casar, quantos filhos era o ideal, intervinham na educação das crianças da sociedade etc. Estava formando uma receita de moral e de costumes, que com o tempo fariam parte da vida dos homens e das mulheres considerados normais.

Em seguida, Cupello vai falar do modo de vida burguês e como era formulada a postura do gênero feminino. Ainda pelo discurso dos higienistas mentais e eugenistas afirmava-se que não só condições hereditárias eram possíveis de produzir a degeneração humana, mas também questões ambientais. Desta forma, grande preocupação dos médicos estava ligada na

² A Revista Feminina foi fundada por Virgilina de Souza Salles em 1914 e circulou até 1936. Estimulava buscar a emancipação das mulheres, no interior da cultura católica tradicional. Para conseguir esses objetivos, colocou em pauta temas que diziam respeito ao universo feminino. A revista estruturou-se a partir das seções: Moda, Menu do meu Marido, Trabalhos Femininos ou Como Enfeitar minha Casa.

³ A Revista A Maçã Seu primeiro exemplar é lançado em 11 de fevereiro de 1922, tendo circulado ininterruptamente até março de 1929. Foco no público masculino, o autor Humberto de Campos utilizava ilustrações gráficas para exemplificar como deveria ser “uma mulher normal”.

vida da população urbana, que segundo eles, esses aspectos causavam danos incorrigíveis à moral e aos bons costumes. Havia um grupo de médicos que alertavam para comportamentos que desenvolveriam a “dissolução dos costumes sociais”, o que incluía a emancipação da mulher, a mulher que trabalha fora, o fim do casamento, e a vida cada vez mais urbana. Assim como os psiquiatras, que também se posicionavam contra as mulheres que trabalhavam fora afirmando ser contrário a natureza feminina.

Havia também um outro discurso que chama a atenção, o relato de um psiquiatra apontava que o desequilíbrio mental ligado a adultos com más condições de salubridade em meio doméstico, o que atingiria a doença mental. “Uma vida de constantes dificuldades financeiras, de desajuizados domésticos diários, de trabalho excessivo sem compensador repouso imprescindível, condicionará uma susceptibilidade psicopática, quiçá irremediável” (CUPELLO, 2013, p.51). Contudo, a emancipação feminina não tinha só olhares negativos, a Revista Feminina, sobretudo, abordava o tema da emancipação feminina de forma positiva.

Neste contexto, a Revista Feminina estava como a maior divulgadora no que se tratava de conscientizar o direito das mulheres. Muito antes de ser implementado o voto já era assunto em suas páginas. E em um dos arquivos diziam que em tempos de se pensar no futuro das crianças em um mundo moderno, como podem se esquecerem da mulher? E dizia; “É preciso pensar que a maioria das votantes são mães, e uma mãe, nunca por dinheiro nenhum, por amizade nenhuma, nem mesmo por ocasião, votará a favor de uma lei má que possa prejudicar os seus filhos” (CUPELLO, 2013, p.51). Apesar da Revista Feminina levantar bandeira para a emancipação da mulher, o fim do casamento ainda era visto de forma negativa em suas páginas. E o assunto vinculado ao desquite era considerado como uma desgraça na vida mulher, tendo em vista que a família “bem estruturada” seria a base para crianças normais em uma sociedade moderna. Com isso, a própria revista apontava o casamento como o momento mais importante da vida, caso não seguissem o padrão almejado, quem mais sofreria seriam os filhos, os psiquiatras afirmavam que crianças em lares bem proporcionados desenvolveriam melhor de forma física e mentalmente.

Segundo Cupello, a ideia de mulher normal na visão da higiene mental registrada nos periódicos da época definia a mulher normal a partir de muitos estereótipos específicos, como “mulher-esposa”, “mulher-mãe”, “mulher-noiva” etc. A autora menciona o psiquiatra Porto Carrero, e suas ideias alegavam que a “esposa-mãe” estava para o “tipo completo de mulher normal”. De acordo com seus argumentos registrados: ““mito da Virgem-Mãe aparece em várias religiões, como o padrão máximo de mulher perfeita: virgem e fecunda”” (CUPELLO, 2013, p.59). Em seus escritos baseados na teoria freudiana sobre o feminino e sobre a sexualidade, indicava três possíveis linhas para a rompimento do “complexo de castração” para as mulheres:

“O primeiro caminho rumaria à saída pela neurose, com a renúncia ao prazer sexual; o segundo derivaria do complexo de masculinidade (mulher fálica), no qual a mulher assumiria o papel do homem; e, por fim, o terceiro seria o que ele denomina de feminilidade, que estaria relacionado à reivindicação do falo por meio da transferência do desejo do falo para a figura do filho. Este último seria a dissolução ideal do complexo para as mulheres e implicaria em um papel naturalizador das mulheres frente a maternidade” (p. 59. CUPELLO, 2013).

Desta forma, Cupello entende que a elaboração teórica da “mulher normal” construída pelos médicos ligava profundamente a mulher ao casamento e à reprodução. Para além disso, na visão do médico a mulher e/ou a imagem do feminino estava ligada por meio de características naturais de passividade, delicadeza e amorosidade. Da mesma forma: “ a mulher é o ser que se espera princípio se esquiva ou resiste, que por fim se entrega, se abre, suporta a agressão; o homem é o ser que procura, que excita, que penetra, que agride” (CUPELLO, 2013, p.60). Contudo, a mulher passiva era entendida como a mulher normal, e então saudável. A autora ressalta que o vocábulo “normal” era compreendido como sinônimo de saúde para os médicos.

Diante do estereótipo feminino construído pelos médicos da época, Cupello indica que a mulher nesse período, tinha um papel fundamental no projeto de modernização na sociedade orientada pelos médicos mentais a fim de levar a modernização para a cidade. E com a forte divulgação do modelo feminino pelos higienistas coincidem com o discurso de identidade feminina

“normal” e seu papel na sociedade muito bem estabelecido. Em suma, resumidamente ao papel de mãe-esposa, responsabilizada pela educação e saúde dos filhos e como esposa que pondera suas vontades e seus desejos pelo bem maior, a família. E pensando mais amplamente, a nação.

Por outro lado, Revista Feminina fazia entrevistas com mulheres modernas, como as esportistas. Uma das atletas de tênis entrevistadas diz que a mulher moderna seria: La 'garçonne', a mulher esportista e a mulher que trabalha. “La garçonne” seria a mulher que trabalha em cima da crítica da mulher tradicional, e busca constantemente romper com as ideologias antigas. O termo “La garçonne” estava relacionado também ao novo corte de cabelo bem curto que as mulheres estavam usando na época. A autora diz que a moda tem a ver com o pós-guerra, onde as mulheres tiveram que se adaptar com o escasso de cosméticos disponíveis e também pela praticidade do mundo moderno. Desta forma, o cabelo curto fica marcado como símbolo da mulher moderna.

Outro aspecto da mulher moderna que se encontrava na entrevista era a “mulher do esporte” representado por mulheres muito saudáveis, e que conseqüentemente trariam proles muitos saudáveis. Sendo assim, trazendo uma esperança de forte futuro para a nação. E o outro aspecto seria a mulher que trabalha fora. A revista fazia questão de mencionar que as mulheres tinham capacidade de trabalhar tão bem quanto os homens, sem desonrar a moral da família. Afirmando que a mulher que trabalha fora, de fato sabe mais da vida, mas isso tornaria um auxílio para a família. Com esta linha de pensamento, a revista formulava a ideia que mulheres que só viviam da vida doméstica tornavam-se irritantes, estressadas, chatas e inconvenientes, não dando o devido valor aos problemas dos maridos. Pois a vida reduzida aos afazeres domésticos não trazia elementos para o bem-estar do casal.

De todo modo, o que estava em comum para ambas revistas no que tange o papel da mulher ideal para bons matrimônios seria aquela que se mantivesse casta e fiel até o fim de sua vida. Contudo, esta mesma conduta não era exigida pelos homens, pelo contrário, havia uma naturalização de relações fora do casamento, onde as próprias revistas faziam propaganda de medicamentos para que homens não trouxessem doenças para suas mulheres.

Em seguida, Cupello trata da mulher-mãe e o foco no projeto de modernização social que se passava nos anos 1920. A estratégia médica estava para além de tratar tanto da sexualidade quanto da higiene moral das crianças, estavam no foco também a “educação” das mães.

Os higienistas conseguiram criar um sentimento de obrigação das mães em serem as únicas responsáveis pela saúde tanto física quanto psíquica dos filhos. “Os médicos criaram a Clínica de Eufrenia, um local destinado ao tratamento de distúrbios mentais infantis, mas, sobretudo, um lugar apropriado para ensinar às mães os cuidados com seus filhos” (CUPELLO, 2013, p.86). Na visão dos médicos essa era uma clínica preventiva, desenvolvida para ensinar aos pais informações necessárias da profilaxia das crianças. Nesse mesmo contexto, a eugenia também cria programas baseados na necessidade de ensinar as mães a educar seus filhos.

Cupello chama a atenção para a puericultura, se tratava de um esquema de proteção à criança. Desde antes da concepção, passando pelo ventre da mãe à vida social externa. Com o objetivo de evitar incidentes no nascimento da criança e todos os perigos da primeira infância até sua adolescência. A puericultura alcançava também a educação sexual de crianças: “alertando-as, principalmente, para os males das doenças venéreas e ensinando-as acerca dos mecanismos da reprodução”. (CUEPLLO, 2013, p.87). Sobretudo, este projeto constituía também a educação sexual para as mães, o que incluía ensinar mecanismos da reprodução, o que estava entendido como verdadeiro significado de casamento, o controle e prevenção de doenças erotizadas e até mesmo o problema da prostituição. Este projeto era implementado em instituições como escolas, igrejas, revistas, âmbitos públicos e privados. Quando se tratava de educação sexual nos lares, alguns médicos diziam que deveriam ser: “oportuna, leal, inteira e dosada” (CUPELLO, 2013, p.87), não podendo provocar curiosidade nas crianças, sendo seu único objetivo ensinar as crianças o respeito entre os sexos, a função procriadora, e o controle do desejo do corpo em meio social.

Desta forma, os médicos divulgavam uma “maternidade científica”, com a ideia de normatizar o comportamento materno, por um discurso científico, que tinha um olhar para a modernização da sociedade. Ao mesmo tempo, as

mulheres tiram o que há de melhor com este posicionamento, partindo do princípio que conseguiriam um posto melhor na sociedade, usufruindo seu papel de mãe, esposa e dona de casa. Havia também em outras revistas femininas um discurso de que o lar e a maternidade, com os novos tempos, não seriam o único papel designado à mulher na sociedade, no que diz respeito às novas profissões femininas como professora, telefonista, datilógrafa, secretária entre outras profissões permitidas para aquelas que não tinham filhos. Assim, a “tríplice missão” feminina que se apoiava no fato da mulher ser boa-mãe, boa-esposa e boa-dona de casa não seria a única função da mulher modernizada.

Em sua análise, Cupello busca demonstrar o papel fundamental que a mulher teve para os médicos-mentais e no que tange as doenças psíquicas. São as mulheres, consideradas por esses profissionais as grandes protagonistas do projeto de modernização da sociedade. Portanto, além de serem educadoras do futuro da nação, eram apontadas de forma biologicamente responsáveis por 75% do projeto da constituição da prole, em comparação ao homem que estava com apenas 25% da responsabilidade. Assim como estavam em vários periódicos: “Mulheres fortes que fazem uma raça forte; são as mulheres belas que garantem a beleza de uma raça forte” (CUPELLO, 2013, p.93). São esses argumentos que ganham força no período no círculo médico-mental, criando características fenotípicas e genotípicas da mulher e futura mãe. Da mesma forma que sua aparência, integridade de seu caráter e seu intelecto, passam a constituir a base para uma prole saudável.

Contudo, estava determinado o tipo de mulher ideal/normal para os médicos: a esposa-mãe, constituída por uma personalidade branda, submissa e amorosa. Era concebida como a “base do lar”, a administradora, a que deve saber de tudo e o anjo da guarda da família. O que estivesse na direção um pouco contraria a esses aspectos da normalidade feminina era o “fantasma da emancipação da mulher, a mulher que decide trabalhar fora e a separação conjugal, capazes de causar a degeneração nervosa e mental.

Desta forma, Cupello consegue apontar que o discurso de normalidade partindo da psiquiatria, dos higienistas mentais e da eugenia eram somente mais um dos atributos da esfera social que circulavam no Rio de Janeiro na

década de 1920 a 1930. E de forma alguma era um viés hegemônico, que adentrava de cima para baixo na população e nas mais diversas esferas sociais. Na verdade, o contexto de modernização social estava pautado nas políticas sociais de diferentes movimentos que lutavam por garantir suas demandas e brigando para que suas propostas tivessem sucesso e credibilidade. Esses grupos eram: médicos, religiosos, feministas etc.

Já as investigações de Mônica Raisa Schpun em seu livro: “Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20” (1999), revela como o processo de urbanização de São Paulo imprimia novos padrões de estrutura corporal feminina nos anos 20.

Schpun mostra como ocorreu a sexualização nas categorias esportivas dos clubes privados da cidade. Pela primeira vez o corpo da mulher ocupava espaços como os centros, lugares de lazer e comércio de forma tão explícita. Desta forma, torna-se necessário uma atenção maior com o corpo e a cidade, a sociedade reforçava cada vez mais o discurso normativo às mulheres, as regras iam desde assuntos da moda e vestimentas a práticas de sedução para uma boa posição no “mercado” matrimonial. Há uma forte presença nos estereótipos da mulher dos anos 20, incluía juventude, elegância, brancura que estavam em confronto com a velhice, com as gordas e a negritude. São esses e entre outros aspectos de discriminação social e étnica que constitui o processo de urbanização da cidade de São Paulo.

Schpun trata dos “corpos a postos” da nova São Paulo dos anos 20. O que marca muito a década é a imposição de novos ritmos de vida. Pois com a energia elétrica e a intervenção veloz de todos os eletrodomésticos, bondes, carros, telefone, máquina de escrever, os cinemas, o rádio, a fotografia etc. As novas tecnologias desordenam os antigos estilos de vida, impondo a velocidade, o controle do relógio, fazendo com que todos corram às novas exigências. O que estava ligado ao aumento brusco da população, e ao mesmo tempo, fazendo pessoas de diferentes classes, tribos e etnias usufruírem do mesmo espaço.

Em seguida, Schpun revela a falta de investimento público nos esportes, sendo introduzidos por iniciativa dos imigrantes e das elites

nacionais. A educação física ganha espaço como medida de higiene destinadas a combater a ociosidade do jovem. Como uma prática disciplinar, praticada sob vigilância, e sem unir os sexos, e educação física era então entendida como profilaxia, de forma a preparar adultos disciplinados. Neste caso é importante mencionar. Que nesse contexto a exposição dos corpos femininos não assombravam os conservadores, uma vez entendido como universo esportivo.

Um dos educadores físicos da época mencionados pela autora no livro afirmava que a educação física da mulher deve constar:

“a) Jogos infantis; b) ginastica sueca, principalmente apropriada à função respiratória e à bacia e aos membros inferiores; c) esportes, tais como dança clássica, ao ar livre, pedestrianismo (pequenos passeios, corridas, marchas de pouca duração e extensão); d) e, finalmente, a natação, que é o esporte utilitário de maior capacidade higiênica e morfogênica” (p. 35. SCHPUN, 1999)

Para o educador físico, a dança dentro do ponto de vista higiênico, não é bem vista, quando se trata de mulheres praticando as danças modernas, como a dança de salão, ou no turno da noite, em salas fechadas. Eram entendidos como exercícios para mulheres aqueles que aumentam a flexibilidade e a agilidade da coluna vertebral, ou seja, movimentos que se tornam “poesias da locomoção”.

Schpun também menciona o Tênis como prática esportiva feminina, o objetivo do esporte não era naquele momento demonstrar seu domínio técnico, inclusive, nem sempre eram contados os pontos enquanto praticavam o esporte. O esporte estava ligado diretamente ao que se esperava do comportamento das mulheres quando estavam com seus corpos à mostra, desta forma, o tênis seria um esporte que lhes davam a oportunidade de estar em meio esportivo sem perder a elegância, e ao mesmo tempo parecer produzir nenhum esforço bruto ou másculo. “ O aspecto “elegante” do tênis, e sobretudo essa visão da falta aparente de esforço, me parece ser uma das características centrais do entusiasmo das elites paulistas pelo tênis”. (SCHPUN, 1999, p.60). Esse aspecto elegante do tênis passa a ser muito

importante na época, não só o refinamento dos trajes como o domínio do corpo, a persistência em manter a forma física exigida pela oligarquia.

Em seguida a autora vai expressar a reação da sociedade na participação das mulheres em competições. São apontados dois tipos de reação. A primeira corresponde a um incomodo, carregada de manifestações de misoginia, no que diz respeito a participação de mulheres em atividades dadas como masculinas. E em contrapartida, outro lado se manifesta visando a modernidade do mundo, aplaudindo a entrada de mulheres no mundo esportivo, como signos de progresso na cidade.

Assiste-se nos anos 20, a abertura de salões de beleza para o público feminino, a quantidade de frequentadoras não se compete com as barbearias masculinas, que já faziam parte dos centros urbanos há anos e atendiam diferentes classes sociais. Ao mesmo tempo, surgem certos produtos de beleza no mercado, muitas das vezes de forma limitada, “as receitas domésticas cumprem ainda seu papel, a indústria de cosméticos não se instalará definitivamente no Brasil antes das décadas seguintes (após 2ª Guerra Mundial)”(SCHPUNp.76). Já as mulheres da burguesia tinham acesso aos produtos de fora do país (cremes, maquiagens, perfumes) muitas das vezes comprados em viagens.

Já as mulheres das camadas populares consumiam produtos de beleza feitos em pequenas oficinas domésticas, onde eram vendidos de porta em porta, produtos sempre com o objetivo de deixar a mulher mais bela (cremes, maquiagens, colônias, produtos para os olhos etc.). Na maioria das vezes, os discursos sobre esses produtos misturavam-se com os ditames medicinais. Como uma tendência na época, a beleza e saúde se assemelham aos discursos higienistas, da mesma forma que as revistas femininas enchem suas páginas com conselhos de cuidados com o corpo, beleza, alimentação e prática de exercícios. A autora aponta a existência de um formulário de beleza, produzido pelo higienista Renato Kehl⁴, que passava receitas médicas de cosméticos, produtos de belezas caseiros, alertando o perigo de certos

⁴Renato Ferraz Kehl foi farmacêutico, médico, escritor e um influente eugenista brasileiro de início do século XX.

cosméticos e o medo de trazer doenças mais sérias por não saber a real origem do produto.

Contudo, a moda também se desenvolve, as lojas mais glamorosas e luxuosas importavam vestidos e acessórios. Essas lojas também confeccionavam suas próprias peças, algumas outras lojas de confecções pertenciam às imigrantes francesas, em outros casos são abertas pequenas butikues nas partes mais ricas do centro da cidade.

Assim, com todos esses desenvolvimentos da indústria e no mercado de cosméticos e moda nacional, possibilitava as mulheres estarem mais nas ruas. “A imagem de consumidora, da mulher que namora as vitrines, que sonha com as compras, encontra-se generalizada nos registros da época” (p.80. 1999). Mas ao mesmo tempo é necessário o controle, organizar as saídas dessas mulheres. Agora, fisicamente vistas na cidade, as mulheres se encontram dentro de uma nova preocupação: seus corpos a mostra, e a vida urbana. Neste caso, o sentido das palavras controle e ordena, vão de encontro com a nova exigência: a beleza, e a partir disto, nascem obrigatoriamente o trabalho constante de cultivo da beleza.

A autora também ressalta como a beleza, exclusivamente para as mulheres, seria o foco das problemáticas de suas vidas. O texto que a autora apresenta, mostra claramente como os esforços para ser educada, ser limpa e ativa nas práticas esportivas para modelar os corpos, ser inteligente, meiga e simpática estavam como consolação para a feiúra. “ A feiura, tanto quanto a velhice, é fonte de infelicidade para as mulheres” (SCHPUN, 1999, p.89). O que ressalta o caldo de preconceitos que alimentava o padrão feminino: preconceitos de forma física e de cor, sobretudo.

O trabalho da beleza não se restringe somente ao mercado matrimonial, não é só condição para as moças solteiras. Atinge todas as mulheres, “aquelas que querem permanecer jovens, aquelas que não são ainda, aquelas que já não são mais, ele toca à construção mesma do feminino, a identidade social das mulheres” (SCHPUN, 1999, p.91). Há também para os

homens algumas especificidades, como o esporte, que lhe mantem ativo, másculo e viril, mas para as mulheres, todos os segredos de beleza, são postos a serviço da vida moderna, e o que as permite fazer parte dela.

Em seguida se discute um contraponto do que foi dito acima, pois Schpun explica que uma mulher maquiada demais pode ser confundida com uma prostituta; em contrapartida, uma mulher que sabe usar a maquiagem para realçar sua beleza, diferencia-se das outras pelo seu bom gosto, e sem dúvidas, pelas suas disponibilidades de tempo e dinheiro gastos. Ou seja, a maquiagem usada na medida “certa” era entendida como distinção e refinamento.

Em falar em medida certa, entende-se que tudo que envolvesse o universo feminino estava sob uma linha muito tênue. Para as mulheres conviverem em mesmos espaços que os homens, era necessário a exibição da feminilidade, o domínio do corpo com o objetivo de seduzir e atrair olhares para si. Contudo, isso poderia estar exposto demais, havia regras, mesmo que nas entrelinhas, impondo: “Os excessos expressos pelo riso – em vez do sorriso -, por um tom de voz elevado, ou por gestos pouco contidos, arriscam identificar uma “mulher de boa família” a uma “mundana” de reputação duvidosa” (SCHPUN, 1999, p.94). Era necessário controlar os olhares e principalmente o sorriso, esses eram os mais importantes para estar num local misto, pois era esperado dessas mulheres que conhecessem exatamente a medida da exploração de sua beleza frente aos homens e que pudessem retirar toda e qualquer possibilidade de vulgaridade.

Neste mesmo momento, os padrões de namoro, agora, são mais flexíveis, os passeios e os encontros passam a ser menos vigiados. Além disso, muda-se toda a lógica de arrumar um par, principalmente para as mulheres. Era necessário se atualizar, e estar disposta a ser vista em público caso quisesse um bom casamento. Assim, era necessário construir uma cultura que preparasse as mulheres a sair de casa, frequentar cafés, clubes, e eventualmente circular pelas ruas. Desta forma, estar sempre arrumada, com o corpo magro, elegante, ter controle de sua postura e de seu andar, como se expressar com a boca, e cuidados com o olhar, todos esses recursos

organizam-se de forma inédita, muito presentes nas classes burguesas, encarregadas de disciplinar as outras mulheres de classes mais empobrecidas.

Para além das questões de circulação de corpos femininos na época, Schpun retrata a valorização do magro, da juventude e até mesmo da beleza em si, o que não se concretiza da mesma forma para os homens. O que acarreta em visões diferentes sobre idosos e idosas, esses não são vistos sob o mesmo prisma. Algo que já vem sendo moldado desde a juventude, onde os homens jovens são chamados para tomar parte dos negócios, mas em mesma instância, os mais velhos não abandonam seus postos. Diferentemente das mulheres, para os homens, quanto mais velho, mais poder. “A idade avançada não despoja um homem do respeito que lhe é devido” (SCHPUN, 1999p.103).

A idade avançada para uma mulher na vida urbana significa o caminho para a exclusão, perda total de prestígio e o afastamento da vida em sociedade. É necessário estar eternamente em busca da juventude, de parar os relógios, e também o sentimento de se sentir útil, uma vez que nesses tempos o trabalho de uma mulher era se manter bela, e conquistar olhares, matrimônios e poder social.

Nesse mesmo sentido, Schpundá lugar à discussão sobre a obesidade, e aponta como a imagem do corpo gordo é violentamente rejeitada e “serve para caracterizar todo tipo de identidade social ou de comportamento negativo do ponto de vista moral” (p.104. 1999). Naquele tempo, a imagem do corpo gordo estava ligada ao excesso de apetite, falta de limites, sendo a obesidade conectada ao enriquecimento ilícito, e sobretudo à imoralidade, aos frequentes prazeres mundanos, e ao definhamento das elites.

O regime alimentar era condição básica para um resultado esplêndido de magreza, exigindo uma alimentação limitada e rígida, sem sequer pensar nos limites econômicos. Desta forma, a obesidade estava como critério base para a feiúra, que também irá refletir na cor da pele, e de sua condição social. Esses critérios representavam o universo da feiura, da vulgaridade, em contraponto ao que é belo, refinado e raro. Para além das comparações com a

beleza e a feiura, a magreza e a obesidade, uma desvantagem social crucial entre as mulheres era a idade:

“Em certas representações, nas quais mulheres jovens aparecem ao lado de outras, de uma geração mais velha, a oposição se faz pela diferença da medida de cintura, favorecendo evidentemente as mais jovens. Esbeltez e juventude são consideradas sinônimo... tais representações procuram mostrar que as mulheres mais velhas esforçam-se para manter a aparência mais jovem (pelo corte de cabelo à *lagarçonne* e pelo uso de vestidos curtos, por exemplo); mas sua idade é revelada pelo volume do seu corpo”. (SCHPUN, 1999).

Adiante, Schpun menciona que a questão racial teve forte influência na época, destaca a chegada dos imigrantes brancos europeus apresentada como responsável por acelerar o processo de “branqueamento” e a “melhoria da raça” dentro dos processos na construção do progresso nacional. “A chegada dos imigrantes reforça o otimismo e a crença das elites na “solução do problema racial” (SCHPUN, 1999 p.116). Com isso, fica mais fácil abarcar a supervalorização das mulheres brancas na sociedade. E assim como as próprias mulheres brancas, a tendência de exaltar seus traços, através de pós claros nos rostos, pomadas brancas e de cabelos loiros, naturais ou tingidos.

Assim como os serviços e as áreas de trabalho mais desvalorizadas, são onde mulheres e principalmente as mulheres negras conseguem adquirir alguma forma de renda. Nesses casos, as negras são menos consideradas que as brancas, numa espécie de hierarquia intermediária de tons de pele. Inclusive, no mercado de prostituição, as mulheres negras ocupam um faixa extremamente inferior da escala. Desta forma, Schpun afirma que mesmo que a mulher tenha menos direito de ser feia que o homem, ter em vista uma mulher negra é menos suportável do que a de um homem negro.

Observa-se, que Mônica Schpun é a única que levanta a questão racial e a questão racial feminina do início do século XX em comparação as outras autoras aqui analisadas. Inclusive, destaca como padrão oficial de beleza “Linda, lívida e loura” esse padrão faz referência à Grécia e aos países

Nórdicos, que está permeado no imaginário das elites da época. Em busca do ideal de população “branqueada” viria complementar o exemplar da sociedade de progresso que se quer constituir.

Segundo Schpun, no Pós-Abolição, foi diminuindo o ritmo de população negra, estava cada vez mais lento em comparação aos grupos brancos e mestiços. Uma tendência à baixa fertilidade na população negra já parecia existir no início do século XIX. Portanto, da forma pela qual se fez a miscigenação (enaltecimento do branco) desenvolvia como critério nas escolhas de cruzamento. Desta forma, as mulheres negras, tendiam sempre a escolher parceiros mais claros que sua pele. Os homens brancos, passaram a ser pais de muitas crianças mestiças, assim, aumentando a população de pele mais clara gradualmente nas gerações seguintes.

O Esporte no início dos anos 20 é tema em comum entre as autoras Schpun e Cupello. Ambas apontam o esporte feminino na época estava ligado a mais autêntica modernidade e ao pertencer do que havia de mais novo e sofisticado no país. Em sua pesquisa, Cupello aponta o aspecto da mulher moderna que se encontrava nas revistas era a “mulher do esporte” representado por mulheres muito saudáveis, e que conseqüentemente trariam proles muito saudáveis. Sendo assim, trazendo uma esperança de forte futura nação. Já para Schpun, em relação as práticas esportivas e aos moldes dos corpos, a autora chama a atenção para a ginástica. Uma prática rigorosa e repetitiva, não era recomendada aos homens, pois não era possível expressar espontaneidade e nem grandes emoções. Já para as mulheres, mesmo que possam praticar esportes de poucos movimentos como o tênis, por exemplo, a ginástica era sempre indicada. Como uma prática individual, era possível ser praticada em casa, sem precisar se afastar do lar ou dos filhos, assim poderiam conciliar a vida doméstica com as práticas físicas. Outro motivo para a indicação era que a ginástica de forma comprometida, era possível modelar o corpo como os conformes da feminilidade que já estavam sendo exigidos na época.

Fatores em comum de todas as autoras são a importância na virada do século XIX para XX na socialização da população, em particular a feminina. O

processo de urbanização foi um marco histórico. Schpun aponta que o aumento demográfico sem freio na cidade de São Paulo vai de encontro ao recrutamento de mão-de-obra do café que estava em grande desenvolvimento. Boa parte da população trabalhadora era vinda da imigração iniciada no final do século XIX, com o objetivo de aumentar a mão de obra agrícola e fazer baixar a remuneração desta nova classe que crescia em abundância.

Neste mesmo sentido, Pinto vai destacar bastante como foi o processo de avanço da cidade, que era definida por sua audaciosa verticalização, prédios e fabricas grandiosas marcavam o caráter de “metrópole fabril” e era caracterizada como cidade futurista, ritmada pelo trânsito, pelas multidões, caracterizada por uma paisagem artificial, na qual soam buzinas e piscam letreiros” (PINTO, 1999 p.142,143). Assim como o Rio de Janeiro era considerado a cidade política, São Paulo estava para a cidade da construção, contrária à cenários rurais e a costumes provincianos. Pinto afirma que a modernização trouxe uma racionalização de normas, tinha uma proposta de homogeneizar costumes e consumo, da mesma forma que a urbanização tinha “como contrapartida o encolhimento da figura humana e a projeção da coletividade como um personagem em si mesmo, anunciando o surgimento da sociedade de massa” (PINTO, 1999, p.144).

Contudo, o fato dos corpos femininos estarem circulando visivelmente nos novos centros urbanos, corpos esses de classes mais altas, tendo em vista que as mulheres pobres sempre trabalharam, as filhas e esposas de grandes fazendeiros precisavam de um forte disciplinamento para frequentar cinemas, clubes, bares entre outros centros. A moralidade estava sempre em jogo, pequenos passos em falso poderiam arruinar a vida das jovens, principalmente as que estão em busca do matrimônio.

Conseqüentemente, o casamento está fortemente mencionado por todas as autoras. No início do século XX, era fundamental que as mulheres fossem preparadas para o casamento. Segundo Carvalho e Facchinetti, o matrimônio estava como primordial na vida das mulheres, assim como o dever de ser uma boa dona de casa, esposa e mãe. Cupello vai tratar esse estereótipo como “mulher-normal”, como os higienistas da época nomearam. Da mesma maneira, mulheres que trabalhavam fora, ainda que não fosse

recomendado pelos higienistas, deveriam encontrar profissões dentro do âmbito do cuidado. É interessante observar que a noção de pertencer à nova feminilidade está diretamente ligada ao poder de consumo, mas não só, assim como de noção de classe também. Portanto, essa feminilidade não chegava da mesma forma para toda a classe trabalhadora. As mulheres de classes mais empobrecidas, para além de sempre terem trabalhado, nunca teriam acesso às novas vestimentas da mesma forma que as modernistas. Passando-se a impressão até mesmo das mulheres mais pobres como conservadoras. Uma vez que é difícil pertencer a uma luta em que a pessoa não se encaixa nos resultados da vitória e nem mesmo dentro do mercado de consumo.

Contudo, ao tratar do consumo, diretamente ligado aos novos centros urbanos, lojas de roupas, acessórios, perfumes e tecidos, amplamente divulgados pelas revistas baseadas nas grandes inspirações que o cinema trazia para aquela época. É possível observar que a questão da beleza feminina teve um grande peso na virada do século.

Segundo Capello, a beleza estava equiparada à saúde e a normalidade tanto psíquica quanto moral. De todo modo, indicava que o homem não escolhesse uma esposa somente pela beleza, sem outros dotes que as tornassem dignas de serem suas. Afinal, por trás de uma bela mulher, pode-se esconder um mau caráter, ou anormalidades graves. Para além disso, era necessário uma mulher inteligente, que conseguisse compreender os assuntos de seu esposo. Mas, sua inteligência nunca pode se comparar a de um homem. Portanto, as obras mencionadas mostram que a ideia de uma mulher normal estava não só para a dona de casa, mulher-mãe, responsável pelo futuro da nação, mas também o de bela mulher, esta que satisfaria seu marido com perfumes e sempre de beleza impecável.

Ainda no que tange o conceito de beleza da época, Schpun aborda que no início do século XX iniciava os concursos de beleza feminina no mundo. O Brasil que estava sendo erguido como um país do progresso não poderia ficar para trás, mesmo com alguns higienistas não sendo muito a favor. Havia um pensamento otimista nesses concursos, e do comprometimento em passar a ideia de modernidade. Desta forma, permitindo a exibição ao mundo inteiro das mais belas brasileiras, provando que no Brasil, a sofisticação, a elegância e

beleza da mulher brasileira estavam bem representadas. E não era o bastante, as mulheres escolhidas para representar o país, estavam no padrão internacional. As mulheres escolhidas tinham o perfil e os traços europeu e estadunidense, bem diferente das demais brasileiras. O que importava era demonstrar para o mundo que no Brasil haviam mulheres tão sofisticadas e modernas quanto qualquer outro país desenvolvido.

Um ponto em comum com as obras citadas, mas que talvez passe de forma mais branda nos textos, seria a mulher, jovem, bela e recatada que não queira ser mãe seria algo impensável. Estava totalmente fora de possibilidade da vida de qualquer mulher, ao contrário, como menciona Pinto seria uma anormalidade, inclusive motivo suficiente para interações ou suspeitas sobre essa mulher. Já o fato de uma mulher nunca se casar, já era mencionado, mas de forma pejorativa, ou eram feias ou ficavam para “titias”. A busca pela beleza ditada, o matrimônio, e principalmente a maternidade, estava para toda e qualquer mulher, mesmo as que lutassem por melhores condições de trabalho ou por seus direitos. A mulher não abre mão do que está previsto para ser, ela soma.

A maternidade, o cuidado e carinhos com sua prole, são os primeiros deveres da mulher ... E a mulher que não for boa mãe, deixa, por isso mesmo, de ser mulher.

Vida Doméstica, 16 jun. 1921

Capítulo 2 -

Maternidade e Feminilidade

Assim como o recorte no primeiro capítulo na década de 20 do século XX não foi por acaso, tendo em vista os grandes impactos sociais devido às grandes mudanças na estrutura da sociedade brasileira na época, neste segundo momento, o recorte para a maternidade também é intencional

A maternidade era entendida como o objetivo principal que se esperava de uma mulher na virada do século XX. O tema da maternidade esteve fortemente presente em todos os textos para o desenvolvimento desta pesquisa, chamando a atenção para um forte elemento da construção de uma feminilidade plena. Colocava-se em evidência que a maternidade seria fundamental para que a mulher se sentisse completa na vida, ao contrário disto, haveria sempre uma conquista a menos em sua jornada, isto é, incompleta e, por consequência, menos feminina

Percebo este movimento do ser mulher não descolado da maternidade ainda muito presente no século XXI. Mesmo que a mulher decida não ter filhos, ou prolongar a chegada da maternidade, esta estará sempre rodeada de opiniões alheias, de pessoas próximas a pessoas distantes, alertando sobre a necessidade de ter filhos. Muito pouco se questionam os homens sem filhos, o foco continua sobre o corpo das mulheres. Recordo-me de um episódio que testemunhei em sala de aula, quando a professora nos indagou a pensar na questão do instinto materno e sobre a necessidade da maternidade para as mulheres. Sobre o instinto materno, uma aluna que já era mãe questionou ao ouvir da professora que o instinto materno poderia ser algo imposto pela sociedade, a aluna dizia que era impossível não existir levando em consideração o ato de quando seu bebe caminha sozinho sob seu colo em direção a mama para se alimentar, dizendo que isso só poderia ser instinto. Pode-se perceber que a aluna faz uma ligação do instinto materno com a

questão biológica dos seres humanos, o que acaba sendo muito confundido no âmbito do senso comum. Há um instinto de sobrevivência do bebê, o que é diferente do sentimento da mãe pelo bebê. Em nenhum momento a professora diz que não existe o instinto materno, mas a necessidade de problematizarmos a naturalização das mulheres sentirem em si a necessidade de se tornarem mães.

Foi possível perceber o quão forte é a questão da maternidade na vida das mulheres no período de dois anos de estágio que fiz em uma maternidade pública. É possível notar todo o processo de mudança na vida de uma mulher com a chegada da maternidade. Como a felicidade da conquista de quem deseja ser mãe, a tristeza de querer engravidar e não conseguir e ter que lidar com pressão pessoal e externa do sentimento de incapaz, e o desespero de ser mãe e não desejar ser. Contudo, ao buscar entender melhor a questão da mulher e a feminilidade, foi possível observar que não só a maternidade é um ponto crucial para moldar esse estereótipo, como a questão do instinto materno. Essa naturalização da maternidade é fortemente fomentada no âmbito das instituições de saúde, e não só praticado pelas mães, mas por todos os profissionais que as cercam. Com o propósito de que a criança saia da maternidade com a garantia de que se manterá viva.

Nota-se que nas rodas de conversas, as instruções da enfermagem no cuidado com o bebê são mais fortes com mães muito jovens, mães desamparadas ou as que estejam em situação de vulnerabilidade. Há também uma atenção especial voltada para as mães que são identificadas como não tendo adquirido um laço imediato com o bebê. Este tipo de diagnóstico parte em geral dos enfermeiros e assistentes sociais e se baseiam nos seguintes sinais: Quando há necessidade do bebê ficar internado na UTI neonatal os profissionais citados percebem a frequente falta de visitas da mãe ao internado, o não comprometimento com os tratamentos que a envolve para a garantia de vida do bebê e a insatisfação ou desprezo ao tentar amamentar. Já trazendo toda uma movimentação multiprofissional da maternidade, com médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, em que muitas das vezes não há um acolhimento, e sim uma pressão. Afinal, essa mulher sabia que teria um bebê, como não estaria preparada para sua chegada? É fato que a criança só

sai da maternidade com a certeza que seguirá saudável e segura. No entanto, mesmo contando com uma rede de apoio familiar à mãe, esta sempre será a responsabilizada pela vida do bebê.

Este trabalho não vem para negar a questão biológica da maternidade ou a veracidade do diagnóstico de estresse pós-parto. O interesse aqui é tratar da dimensão histórica e social da maternidade e sua designação como momento chave da participação das mulheres na construção da sociedade.

De acordo com Badinter (1985), durante a idade média, a maternagem (cuidado com os filhos pequenos) na família do ocidente europeu era concebida a partir de interesses econômicos, não havia interesse em construir um elo afetivo dentro da família. Os matrimônios eram arranjados para garantir ou manter os bens familiares no caso das elites. Neste quadro, mulheres e crianças tinham pouco valor dentro das famílias, o principal componente e de maior importância era o homem/marido/pai. Ao se tratar de famílias mais afortunadas, a maternagem não era exercida pelas mães biológicas, que entregavam seus filhos às camponesas pobres ou às escravas. As mães biológicas de classes mais abastadas não amamentavam seus bebês, passando desde o momento do parto para amas-de-leite. Os bebês permaneciam longe da família ficando sob os cuidados de terceiros até atingirem cerca de cinco anos de idade. Desta forma, ainda como crianças pequenas, os filhos que alcançavam essa idade retornavam às suas famílias e eram integrados às atividades domésticas, já exercendo sua força de trabalho. Naquele tempo, não existia a possibilidade de um membro da família que não trabalhasse, as crianças eram consideradas adultos de pequeno porte e, em muitos casos, não eram calorosamente recebidas, levando em consideração a problemática de que uma criança de cinco anos não tem a mesma força física de um jovem adulto, a não ser, ser mais um corpo para alimentar.

Nesta conjuntura, sobretudo com um inexistente quadro de saneamento básico, entre outras questões de más condições de vida daquela época, a ausência da mãe biológica e seus cuidados com o bebê resultavam em altas taxas de mortalidade infantil.

A partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, passa-se a dividir o que pertencia à esfera pública e o que pertencia à esfera privada. Neste momento, o Estado liberal aparece como gestor das relações de produção e as famílias gestoras de seus sustentos e condições de sobrevivência. Desta forma, não havendo mais comunidades para criar crianças alheias, passa-se a ser responsabilidade integral dos pais a criação de seus próprios filhos. Neste momento, são designados os papéis sociais para os pais: o homem/pai fica com o sustento da família e a mulher/mãe com os afazeres domésticos. A família burguesa ressignifica principalmente o papel das mulheres e das crianças na sociedade capitalista.

Neste período, há uma virada de chave de como a mãe seria vista dentro da sociedade. A maternagem passa a ser valorizada e, neste sentido, as atividades designadas para o cuidado de bebês e crianças passam a ser exclusivamente das mães, inclusive a amamentação que não era muito apreciada por todas as mulheres na época.

Badinter (1985) aponta que a partir 1760 foi quando surgiram as intervenções médicas, decretando os modos de amamentar, criar, educar as crianças e como uma mãe deveria agir em determinados lugares. O que incluía o amor incondicional. Segundo os médicos uma boa mãe é aquela que abdica das suas vontades pessoais para atender toda e qualquer demanda dos filhos. A partir desse período, a maternidade passa a ser umacaracterística apreciada do feminino e cada vez mais descolada do natural. Neste sentido, como somente as mulheres poderiam gerar os filhos, somente a mulher poderá criá-los. Mas, nem todas sabiam como criá-los da forma era aconselhada, por isso precisavam ser instruídas para tal tarefa. Daí nasce a preocupação com a maternidade científica, lembrada pelas análises que resumimos no capítulo 01. Essa ideia ajudou a desqualificar a maternagem nas classes populares. Segundo Freire (2008), no século XIX, inspirada pela filosofia rousseauiana, compreendeu-se a maternidade como uma tarefa nobre, a ser enaltecida por toda sociedade. Desta forma, a mulher passa a ter um destaque na esfera social, uma vez que se compreende que a criação adequada dos filhos corresponderia à melhoria do futuro da nação. Logo, com as novas exigências incorporadas às mulheres com filhos, passam a ser denominadas

como “donas de casa”, “rainhas do lar” passando a acumular respeito com a dedicação aos filhos na sociedade. Seria este um novo papel feminino: a mãe moderna.

No século XX, a valorização da maternidade se reforça no Pós Primeira Guerra Mundial, principalmente pelo despovoamento. A valorização da natalidade respondia aos interesses do Estado capitalista europeu naquele momento. Neste período, o incentivo maternalista foi positivo para o aumento das taxas de natalidade. Contudo, criou um sentimento de que a maternidade se tornaria um dever patriótico. Esse incentivo deixava claro que as mulheres para serem úteis na sociedade precisavam ser mães.

Esta circunstância indicava uma pressão social nas mulheres, principalmente para as que não tinham condições financeiras para ter filhos, as que não conseguiam se casar ou as que não haviam despertado o interesse na maternidade. Ainda, o sentimento de culpa era muito comum em mulheres que não podiam se dedicar única e exclusivamente aos seus filhos, estas não eram vistas como boas mães.

Posteriormente, esta tensão gerou duas linhas de movimento. Um grupo compreendia que a maternagem submetia a mulher como dependente do marido, presa a um único dever na vida, esse grupo protestava a favor do controle da reprodução, o que não era bem visto, tendo em vista que a procriação era entendida como algo inevitável na vida de mulher. Em contrapartida, outro grupo que se manifestava a favor da maternagem, afirmava ser um ato essencial à vida feminina. Buscavam por melhores recursos para poder criar seus filhos e mais respeito na sociedade, reforçando que com uma boa maternagem garantiriam o melhor para a nação. Essa disputa esteve presente no contexto do pós guerra europeu. O movimento feminista da segunda onda, anos 1960-1970, alinhado à ideia da maternidade como escolha, levantou a bandeira do direito ao aborto e à contracepção como pontos cruciais para a garantia da autonomia das mulheres e seu reconhecimento como sujeitos sociais.

Na atualidade, ainda há conflito entre modelos de maternagem. Recentemente, assistimos uma ultra valorização por alguns grupos de mães na

qual usufruem formas de maternagem que buscam resgatar o otimismo da amamentação prolongada, do cuidado integral com os filhos e apostam que a prática e a decisão de optar por uma vertente mais naturalista faça surgir o instinto maternal em qualquer mulher. Em alguns casos, como aponta a matéria de especialistas na revista digital “Movimento Nacional de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” essas mães participam de grupos paralelos que se manifestam contra as fraldas descartáveis e uso de mamadeiras por exemplo, defendendo a ideia de que ao procurar o mais fácil e prático, essa mãe não estaria colaborando com o planeta para o futuro de seus filhos, netos etc.

Já as mães que se enquadram numa maternidade mais prática, e que façam com que a chegada do bebê se encaixe em sua vida e de forma mais flexibilizada não abrem mão de um parto sem dor, mais rápido, e com toda a assistência possível. Essas mães costumam se preocupar com o retorno de seu trabalho, com a possível queda na produção ou até mesmo a perda de seu emprego, mudança do corpo e entre outras preocupações pessoais que existiam antes da chegada da criança.

Um ponto que pode ser analisado na vida das mulheres é que na medida em que existe a escolha, em ser ou não mãe, não é mais possível acusar um desejo universal das mulheres pela maternidade. No momento presente, não optar pela maternidade ou querer adia-la vem sendo cada vez mais comum, uma vez que as mulheres estão cada vez mais qualificadas e preenchem um grande número de postos no mercado de trabalho, a maternidade muitas das vezes não entra em questão porque antes de qualquer coisa essas mulheres precisam garantir primeiramente o seu sustento. Contudo, para além da pressão com o trabalho, Badinter (1985) aponta a idade mais avançada (a partir dos 40 anos) como fator de peso na vida das mulheres, o relógio biológico bate como pressão não só pela eterna questão estética e da jovialidade na vida das mulheres, mas como premissa máxima de fim de prazo para gerar filhos, e o fato de não poder gerar filhos, em certos casos acaba sendo maior do que o real desejo de ser mãe. Essa pressão faz com que mulheres tenham filhos sem saber se realmente estavam prontas para terem

filhos. A autora aponta este fato como resultante de tantas mães entediadas e frustradas em certos momentos da vida.

O peso para as mulheres que não podem ter filhos por motivos que escapam ao seu querer também é forte. Para essas mulheres, a pressão dos familiares e da sociedade ainda nos dias de hoje as deixam marcadas como as eternas tias, ou as que ficarão para cuidar dos pais. É comum ainda no século XXI a ideia da mulher que não constitui uma família tradicional sercondizente à uma mulher que ainda não começou a sua própria vida.

Neste contexto, é possível observar que muitas mulheres tenham preferido garantir sua independência por meios de estudos, projetos pessoais entre outras atividades, para depois pensar na maternidade. Ainda assim, a sociedade vem retomando o discurso mais naturalista em relação à maternidade. É possível observar nos hospitais, nas maternidades e o Ministério da Saúde venham promovendo o estímulo ao parto natural e práticas mais naturalistas como uma boa prática para o desenvolvimento infantil, o que demandam tempo e disposição das mulheres para sua concretização.

Como exemplo, segundo Ávila e Vieira (2018) para as mães naturalistas, as creches não são bem aconselhadas nos primeiros anos de vida da criança. Dando sentido a que uma boa mãe é aquela que amamenta e abdica de seu tempo para seu filho. Este discurso, de forma muito bonita, passa imperceptivelmente o discurso tanto médico quanto biológico assumindo uma autoridade moral sobre corpo das mulheres.

Neste contexto, fica uma confusão moral interna dentro de muitas mulheres, que se esforçam mais para garantir sua posição no mercado de trabalho dentro de toda a conjuntura que é ser mulher no interior da lógica capitalista. Ao mesmo tempo, há uma pressão da sociedade para que essas mulheres tornem-se mães, surgindo um sentimento de trabalho interrompido, possivelmente ameaçado. Mas o que importa é que independente de qualquer coisa permaneça a expectativa de cumprir o seu real papel: ser mãe.

As chamadas supermães, segundo Batinter (1985), são vítimas de equívoco historicamente determinado. Fazendo essas mães acreditarem que ao renunciarem à sua vida pessoal e se dedicarem integralmente à prole

poderão criar uma criança perfeita, desfecho dos incentivos constantes. No mesmo sentido em que as crianças devem ser poupadas de toda e qualquer frustração, essas ações podem refletir futuramente em grandes efeitos colaterais tanto para as mães como para os filhos.

A maternidade pode ser recebida de forma diferente dependendo da época, da cultura, valores e da região, mesmo sendo o mesmo processo biológico. No momento atual, entendendo que a maternidade é uma questão complexa e polêmica, seria mais justo permitir que cada mulher alcance seu ponto de equilíbrio, longe de qualquer julgamento moral. Onde não ficariam excessivamente dedicadas aos seus filhos, nem distantes ao ponto que pareçam ausentes. Sobretudo, a questão principal é entender que ter ou não ter filhos e participar de sua criação é direito reprodutivo fundamental. Como direito reprodutivo é atribuição de pais e de mães acompanhada da promoção pública das condições objetivas para a realização dessa tarefa.

Conclusão

O trabalho do Assistente Social por muitos anos e ainda hoje tem a necessidade de se afirmar como profissional que trabalha na garantia de direitos para a classe trabalhadora. O assistente social é compreendido muitas das vezes pertencentes somente no âmbito da ajuda, da caridade e do cuidado. O que possui ligação direta nos primórdios da profissão no Brasil, mulheres da alta sociedade perfeitamente enquadradas no padrão de feminilidade da década de 20 exerciam a profissão de forma pouco crítica e não muito aprofundada com a realidade, aspectos esses que cruzam com o que se esperava de uma mulher da época.

Nas obras utilizadas para capítulo 01 é possível observar o Serviço Social como profissão permitida às mulheres no início do século XX. Entendido que uma mulher só poderia exercer uma função que não comprometesse sua feminilidade. Sobretudo, no século XXI o Serviço Social é ainda composto em sua maioria por mulheres, tanto para as que trabalham na docência tanto para as que exercem a profissão nos mais diversos postos de trabalho. Ainda assim, o trabalho do assistente social enfrenta dificuldades no âmbito profissional, onde estagiei presenciei relatos de várias mulheres da profissão expondo não ser correspondida em determinadas demandas de trabalho afirmando que sua fala não tem o mesmo peso que a um médico por exemplo. Contudo, são os assistentes sociais que estão presente em situações como: guarda, tutela e

adoção de crianças, direitos da família, violência contra mulher, aborto, feminicídio entre outros fatores que compete ao profissional problematizar o papel da mulher na sociedade. Neste mesmo sentido, cabe ao assistente social problematizar o papel da mãe em várias circunstâncias como as já citadas, uma vez que o profissional não desfrute das discussões e temáticas oriundas das questões de gênero de forma crítica, há possibilidade de tomar posturas pertencentes ao senso comum. Ou ainda, fazer uso de discursos disciplinadores enraizados pelos médicos higienistas por tantas e longas décadas.

É na formação dos assistentes sociais que se faz necessário a ampliação do debate de gênero em salas de aula, saraus, oficinas, não só para os estudantes de serviço social mas para que toda a comunidade acadêmica passe a debater à problemática da feminilidade e seus reflexos na vida das mulheres. Sobretudo, justamente por serem mulheres a maioria de estudantes, se faz necessário o debate feminista como ciência, para além de uma matéria obrigatória curricular. É necessário discutir feminilidade, mulher, divisão sexual e racial do trabalho, articulando e fazendo com que pessoas reais assim como os futuros usuários atendidos pensem e problematizem seus medos e suas dores com a competência de fazer uma crítica com a realidade como produtos da ordem capitalista.

Os textos e obras utilizados para este estudo foram de suma importância para fundamentar teoricamente o debate com as alunas das ongs vinculadas ao projeto de extensão “Biblioteca Feminista da Praia Vermelha”, principalmente no que tange os aspectos da beleza e maternidade, esses temas são muito fortes e estão muito presentes nas falas das alunas. Em debate nas reuniões, foi possível percorrer um traço histórico no que diz respeito à feminilidade dentro do modo de produção capitalista. Os relatos das alunas-mães foram fontes de inspiração para o recorte do segundo capítulo, o que só agrega para a formação do pensamento teórico-crítico com a realidade para além dos muros da universidade.

Ainda que, meu forte interesse pelo tema, foi possível obter grandes aprendizados. A questão do contexto histórico nas construções das primeiras metrópoles do país na virada do século XX, que por sua vez a escolha do

período não é gratuita, como uma mudança na estrutura física da cidade em sua velocidade e brutalidade avassaladora desdobrou em fortes mudanças da vida social, levando em confronto pessoas de origens mais diversas. Desta mesma forma, o fato de ser fisicamente vista no meio urbano ter rebatido tantos impactos na vida das mulheres. Por consequência, fortes influências de médicos higienistas que disseminaram padrão de vida, corpo e de comportamento sob os corpos femininos. E, juntamente às mudanças nos aspectos feminino, principalmente com a evolução do desenvolvimento urbano, o forte uso dos cinemas, revistas e rádios para um controle das massas obteve fortes avanços como influenciadores que incitam e estimulam as mulheres das elites a sair para às ruas a partir dos anos 20 do século XX.

Com novos estímulos, a adesão aos valores da beleza, intensa por parte das mulheres expressa a submissão, principalmente do acesso restrito ao espaço coletivo. A mulher estreia possibilidades de sedução nunca vivenciadas até então, e as oportunidades de assegurar suas identidades individuais, consequência da modernidade urbana.

Outra experiência com a pesquisa, são alguns aspectos da feminilidade não estão presentes só em minha memória, mas em várias mulheres. No atual contexto, onde as mulheres por decisão própria ou por fazerem uso dos anticoncepcionais podem decidir tardar a maternidade. Sobretudo, a ordem higienista foi de forma intensamente colocada na sociedade que memórias da infância das mulheres que nos cercam são sempre baseadas no o que queriam ser quando crescer nunca descoladas de qual seriam os nomes dos meus filhos e com quantos anos eu iriam se casar, não seriam só contestação de crianças se fizessem esses mesmos questionamentos para os meninos, e que nunca são feitos. O que fica óbvio, na vida das mulheres, elas podem conquistar o que mais almejam em suas vidas, não importa o que seja, a pressão para se tornar mãe chegará para todas.

Ao percorrer as histórias das atitudes maternas, acende-me o convencimento de que o instinto materno é um mito. Com todo o processo de leitura das obras para este estudo, a vivência com as mães da maternidade no estágio e as reflexões com o grupo feminista de extensão da universidade. Não foi possível chegar a nenhuma conduta universal da mãe. De maneira oposta,

percebe-se uma extrema variedade de seus sentimentos, de acordo com sua época, região, idade, crença e costumes. Não obstante, como chegar a uma conclusão, mesmo que parece insensível e até mesmo cruel, de que o amor maternal seja apenas um sentimento, e como tal, possa ser basicamente circunstancial? É possível observar que esse sentimento pode existir ou não existir. Tudo depende da mãe, de suas experiências e suas histórias, pois não há lei universal para sentimentos. O amor materno não é específico das mulheres, e sim adicional.

Ser insuficientemente feminina é visto como um fracasso na identidade sexual. E neste mesmo sentido, como um fracasso se importar suficientemente sobre si mesma, porque uma mulher que deixa a desejar será avaliada como masculinizada ou anormal ou simplesmente feia, já que foram os outros (homens) que definiram esses termos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

CARDOSO, B. Elizangela. **Entre o Tradicional e o moderno: Os Femininos na Revista Vida Doméstica**. Gênero, Niterói, v. 9, n. 2, p. 103-134, 1. sem. 2009.

CUPELLO, Priscila. **A mulher (a)normal: Representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro(1925-1933)**. Dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde- Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. Rio de Janeiro, 2013.

FACCHINETTI, Cristiana; CARVALHO, Carolina. **Loucas ou modernas? Mulheres em revista (1920-1940)**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 57, p. 1-33, 2019.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920**. Hist. cienc.

FREITAS, Eduardo. **Modernização e crescimento do Brasil**. Prepara Enem. 2020. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/geografia/modernizacao-crescimento-do-brasil.htm> Acesso em: 20/08/2020.

PINTO, M. I. M. B. **Cultura de Massas e Representações Femininas na Paulicéia dos anos 20 e 30**. Revista Brasileira de História, São Paulo-Humanitas /FFLCH/USP, v. 19, n.38, p. 139-163, 1999.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**; São Paulo: Boitempo Editorial/Editora SENAC, 1999.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Entrevista sobre padrões de corpo e beleza**. Repórter Unesp. São Paulo, 2015.

VIERA, C. A. L.; ÁVILA, A. A. **Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem**. Gênero, Niterói, v.18, n.2, p.26-47, 1.sem. 2018.